

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: \_\_\_\_\_

Data: 16/06/91

Pg.: \_\_\_\_\_

# Ianomamis em pauta nos EUA

WASHINGTON - Um grupo de senadores norte-americanos instilou ontem que George Bush inclua a questão dos índios Ianomamis entre os temas que deverá discutir com o presidente Fernando Collor na próxima semana.

O governo Collor, que vem recebendo elogios por sua posição em relação à preservação ambiental, adiou por três meses a demarcação das terras dos Ianomamis, a maior tribo indígena a viver nas florestas de todo o continente.

Grupos ambientalistas e de defesa dos direitos humanos afirmam que se não houver a demarcação das terras, os nove mil Ianomamis correm o risco de extinção. É fundamental o presidente Collor garantir que a demarcação das terras indígenas será feita imediatamente", afirmam oito senadores democratas em carta enviada à Casa Branca. Entre os signatários da mensagem estão o senador Ed-

ward Kennedy e Alan Cranston, membro da comissão de Relações Exteriores do Senado.

Outra preocupação dos senadores norte-americanos diz respeito à violência rural. Grupos de direitos humanos acusam os latifundiários instalados na Amazônia pelos assassinatos de centenas de posseiros.

"Pedimos que seja incluída na agenda a questão da violência no campo, que deixou um saldo de centenas de mortos nos últimos cinco anos", diz o documento, assinado por dois presidenciais do Partido Democrata, Albert Gore e Tom Harkin. "Desde que assumiu o governo, o presidente Collor tem dado atenção sem precedentes para as questões ambientais, mas ainda há muito a fazer", afirmam os senadores.



Política indígena de Collor: senadores querem mais

### Frustração americana um ano depois

WASHINGTON - Um ano e meio atrás, quando visitou Washington como presidente eleito, Fernando Collor encantou os americanos com seu estilo decidido e a disposição de dizer tudo o que eles gostariam de ouvir. Hoje ele volta à capital americana, em visita oficial, para lidar com as expectativas frustradas que ajudou a criar. Terá uma boa acolhida. "Não o teríamos convidado se não fosse para recebê-lo bem", afirma um diplomata americano. A frase, aparentemente inofensiva, contém uma crítica velada à frieza protocolar com que o presidente George Bush foi recebido em Brasília, em dezembro passado. "Bush não contribuiu na mesma medida", dizem funcionários americanos, porque esse não é seu estilo.

O presidente americano elogiará os objetivos da política de reformas econômicas de Collor e as mudanças na área comercial. Aplaudirá as iniciativas tomadas pelo governo brasileiro para proteger o meio-ambiente e hospedar a grande reunião ecológica internacional marcada para junho do ano que vem, no Rio de Janeiro. Bush exaltará também a ousada decisão do líder brasileiro de denunciar e fechar o programa nuclear paralelo que o país mantinha e, em acordo com a Argentina, colocar as instalações atômicas brasileiras sob salvaguardas internacionais. Mas deve aconselhar Collor a seguir o exemplo da Argentina e desistir do programa de construção e lançamento de mísseis, mesmo para fins comerciais, se quiser ter acesso a tecnologias sensíveis americanas.

"Não se espera que a visita de Collor terá muito impacto nas relações entre os dois países", afirma Harry Kopp, diplomata aposentado que foi número dois na embaixada americana em Brasília e é hoje sócio do ex-embaxador Langhorne Anthony Motley numa empresa de lobby em Washington que representa interesses de empresas brasileiras nos EUA e vice-versa. As declarações de Collor sobre o desejo do Brasil de juntar-se ao Primeiro Mundo tiveram um efeito dramático durante sua visita aqui no ano passado. Hoje, elas provocam comparações com o México e suscitam tanto ceticismo quanto entusiasmo.

É, de fato, com ceticismo que Washington deve receber o pedido de apoio político

de Collor para negociar um acordo com o Fundo Monetário Internacional e normalizar rapidamente as relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. Como ocorreu durante a visita de Bush ao Brasil, o governo americano não quer que a questão da dívida se transforme no tema dominante da visita. A substituição de Zélia Cardoso de Mello pelo ex-embaxador em Washington, Marcellio Marques Moreira, no Ministério da Economia, foi bem recebida pelo Departamento do Tesouro mas não resolveu as dúvidas sobre a disposição e a capacidade política de Collor de levar adiante um programa de reformas estruturais e estabilizar a economia nem dissipou o mal estar deixado pela lentidão com que o governo conduziu as negociações sobre os juros atrasados com os bancos comerciais, no ano passado, ignorando repetidos apelos em contrário de Washington.

Por iniciativa brasileira, Collor e Marcellio encontram-se com o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, e o subsecretário, David Mulford, na manhã da quarta-feira. "A atitude da nova equipe econômica é mais positiva, há uma boa disposição aqui mas creio que a conversa será franca", disse uma fonte oficial da área econômica. "Parávamos lá não buscávamos, queremos ver fatos", acrescentou o funcionário, pondo o dedo no problema de credibilidade que Collor tem hoje em Washington. O ceticismo afeta também o entusiasmo com que a administração americana celebrará a assinatura do acordo-quadro de livre comércio com o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. É um acordo modesto, sem prazos ou metas precisas. A cerimônia, que deveria ocorrer depois da partida de Collor, foi antecipada para a tarde da terça-feira. Embora não haja dúvidas no governo Bush sobre a intenção do Executivo brasileiro em abrir a economia, acabar com a reserva de mercado da informática e prover o país de legislação protetora de propriedade intelectual, a incapacidade que a administração Collor demonstrou em semanas recentes para sustentar o apoio do Congresso em favor de alguns desses projetos podem transformar o acordo-quadro de livre comércio em mais um dos muitos documentos inócuos que os dois países assinaram nos últimos quinze anos.

### Mudanças podem prejudicar visita

WASHINGTON - Os resultados da visita do presidente Fernando Collor aos Estados Unidos poderão ser prejudicados por mudanças no primeiro escalão do governo norte-americano, previstas para os próximos meses. A todo-poderosa chefe do US-TR (representação comercial do governo dos EUA), Carla Hills - uma das personalidades com quem Collor se encontrará em Washington -, deverá ocupar o cargo de procuradora-geral da Justiça. Segundo fontes do governo americano, ela substituirá Dick Thornburg, que deverá candidatar-se ao Senado.

Hills é considerada guardiã implacável dos interesses comerciais do seu país e personagem obrigatória nos encontros de cúpula com missões estrangeiras. Se for confirmada sua saída, as negociações em torno dos contentiosos comerciais com o Brasil poderão tomar novos rumos, segundo um consultor norte-americano que tem contatos com um escritório brasileiro de consultoria. Para o lugar dela está cotado David C. Mulford, subsecretário do Tesouro, considerado simpático às causas brasileiras pela equipe do ex-ministro da Fazenda, Milton de Mello. O secretário de Comércio, Mosbacher, deverá deixar o governo para iniciar no Texas a campanha de coleta de fundos para a reeleição do presidente George Bush, em 1992. Para o seu lugar, o nome cotado seria o do deputado conservador Bill Frenzel.

Contentiosos - Alguns itens da lista de contentiosos entre o Brasil e os Estados Unidos é a seguinte: - renovação do acordo militar - os Estados Unidos querem manter a cooperação militar com o Brasil desde que o governo brasileiro se comprometa a não exportar equipamentos militares para países nos quais o governo norte-americano não confia. Os militares brasileiros são contrários ao acordo.

- Adesão ao tratado de não proliferação de armas nucleares - o governo brasileiro resiste em assinar o acordo, que teria a supervisão das potências nucleares.

- Informática - os EUA querem o fim

da reserva de mercado, em vigor desde 1984. O governo do Brasil está negociando com o Congresso alterações na lei que permitam a entrada de estrangeiros no setor e o fim das restrições às importações.

- Patentes farmacêuticas - o governo norte-americano quer ainda este ano o reconhecimento da propriedade intelectual sobre produtos farmacêuticos. O governo brasileiro enviou um projeto ao Congresso com esta proposta, mas ainda não há prazo definido para a votação da matéria.

- Dívida externa - o governo dos EUA exige que o Brasil faça um acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes da renegociação da dívida com os bancos credores privados.

- Acordo de restrição voluntária de aço (de tipo comum, especial e seus derivados) - o acordo atual com os Estados Unidos acaba em setembro e há muitas dúvidas sobre a sua renovação. Se não for renovado, os produtores norte-americanos deverão abrir muitos processos antidumping e de direitos compensatórios contra os países exportadores (como o Brasil) para inibir as suas exportações.

- Rodas de aço de centro inibição (para caminhões fora de estrada) - processo antidumping contra exportadores brasileiros neste setor está em andamento. O processo prevê revisões anuais.

- Implementos agrícolas - também há nos EUA processo de direito compensatório contra fabricantes brasileiros em andamento, com revisões anuais.

- Chapas, folhas e tiras de cobre - um processo de direito compensatório e antidumping tirou a Eluma, fabricante brasileira, do mercado norte-americano.

- Calçados - o governo dos EUA pretende cobrar US\$ 140 milhões de direitos compensatórios do Brasil relativos a importações realizadas entre 1 de janeiro de 1980 e 29 de outubro de 1981.